

Referências das Rotinas Administrativas da Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-SGLOG-001 - Documento Estratégico da DGLOG

Com vigência a partir de 25/03/2022

RAD sem referências

RAD-SGLOG-003 - Procedimentos para Regularização e Controle das Ocupações de Terceiros nas Áreas do PJERJ

Com vigência a partir de 29/03/2019

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Ato Normativo TJ nº 04/2007 - Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo 03/2015 – Altera o §3º do artigo 3º do ato Normativo TJ/RJ nº04/2007.

Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004 - Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos a terceiros, referentes aos bens afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº 27, de 26/09/2011, alterado pela **Resolução TJ/OE/RJ nº 35, de 07/11/2011** - Regulamenta as salas especiais permanentes destinadas aos advogados com uso assegurado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da **Lei n. 8904/94**.

Aviso TJ nº 57/2010 - Enunciado 59 - As cláusulas previstas nos Termos de Permissão e Cessão de Uso, inclusive as atinentes ao valor e a periodicidade da remuneração, permanecerão inalteradas mesmo quando vencidos os termos até a efetiva desocupação do imóvel.

RAD-SGLOG-005 – Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos

Com vigência a partir de 07/11/2017

Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações).

Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 (Lei do Pregão).

Lei federal nº 4320/64 - (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

Decreto federal nº 7.892/13 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei federal nº 8.666/93, e no art. 11 da Lei federal nº 10.520/2002.

Lei 13.019/14 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Ato Executivo TJ nº 104/2017 - Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG;

Ato Executivo TJ nº 114/2017 - Delega competências ao Diretor Geral da DGPCF;

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

RAD-SGLOG-009 – Gerenciar Solicitações e Fornecimento de Materiais

Com vigência a partir de 14/10/2022

Lei Federal nº 8.666/93 - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Resolução TJ/OE/RJ nº 42/2013 - Dispõe sobre a administração das dependências, mobiliários e equipamentos instalados no PJERJ;

Aviso TJ nº 45/2011 – Determina a avaliação dos materiais em estoque, mantendo-se apenas aqueles necessários às atividades do órgão pelo período de 30 dias;

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Ato Normativo nº 04/2019 – Regulamenta a confecção de layout;

Ato Normativo nº 02/2017 - Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e os serviços de marcenaria específicos de confecção de mobiliário sob medida.

RAD-SGLOG-010 – Ciclo de Atendimento e Monitoramento do Serviço de Limpeza, Conservação e Controle de Vetores

Com vigência a partir de 30/05/2022

Lei Federal nº. 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

RAD-SGLOG-012 – Realizar Serviços Gráficos

Com vigência a partir de 10/10/2022

Ato Normativo nº 22/2021 – Dispõe sobre a produção de serviços gráficos realizada pelo Serviço de Programação e Produção Gráfica da Diretoria-Geral de Logística (DGLOG/SEGRA).

RAD-SGLOG-013 – Formalização e Execução de Ajustes

Com vigência a partir de 25/11/2019

Lei Federal nº 8.666/93 (Institui norma para Licitação e Contratos da Administração Pública).

Resolução Casa Civil nº 350 de 17 de julho de 2014 – Dispõe sobre a implantação do sistema de convênio do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ e aprova as diretrizes para os convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da administração pública e procedimentos para o seu funcionamento no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

Lei Federal nº 13.019/2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;

Ato Normativo TJERJ nº 06/2018 - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil – OSC.

Ato Executivo nº 199/2018 – Dispõe sobre a definição dos documentos que deverão instruir os procedimentos administrativos que visam à formalização de acordos de cooperação no âmbito deste Tribunal.

RAD-SGLOG-015 – Gerir o Trâmite de Expedientes

Com vigência a partir de 05/03/2021

Ato Executivo 4191, de 08/09/2009 - Resolve que as unidades de primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes unicamente pelo referido sistema, sendo vedado o encaminhamento de outra forma.

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução 01/2017 - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para unificar a competência das vinte e sete câmaras cíveis e dá outras providências.

RAD-SGLOG-017 – Protocolizar, Autuar e Virtualizar Documentos

Com vigência a partir de 30/09/2022

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

Lei nº 5069, de 16 de julho de 2007 – Torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e dá outras providências.

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04, de 27/01/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 19/2020, de 06 de julho de 2020 – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

RAD-SGLOG-019 – Fiscalizar o Contrato de Recolhimento de Resíduos Sólidos

Vigência a partir de 01/02/2022

RAD sem referências

RAD-SGLOG-020 – Postagem e Recebimento de Correspondência

Vigência a partir de 10/04/2023

Portaria MCOM nº 2.729, de 28/05/2021 – Estabelece diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e respectivos índices de qualidade a serem observados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Lei Federal nº 6.538, de 22/06/1978 - Dispõe sobre os serviços Postais.

Ato Executivo TJ nº 4191, de 08/09/2009 – Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento

e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

Portaria INMETRO nº 236/94 de 22/12/1994 – Trata da aprovação do Regulamento Técnico referente à fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.

RAD-SGLOG-021 – Arquivar e Desarquivar Documentos Administrativos

Com vigência a partir de 20/09/2022

Ato Normativo Conjunto nº 03/2003 - Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo, e dá outras providências.

Ato Executivo TJ nº 4191/2009 - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004 - Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências.

Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Divulga os correios eletrônicos para solicitação de desarquivamento de documentos diversos, processos administrativos e processos judiciais e dá outras providências.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2004 - Resolve extinguir o procedimento ‘Devolução ao Maço’ para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 05/2014 - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente.

Ato Normativo TJ nº 19/2020, de 06 de julho de 2020 – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGLOG-022 – Elaborar Relatório de Procedimento Apuratório

Com vigência a partir de 12/08/2019

Constituição da República Federativa do Brasil.

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei Federal nº 9.784/99 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Lei Federal nº 10.520/02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Lei Estadual nº 287/79 - Institui o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 3149/80 – Regula o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Lei Estadual nº 5.427/09 - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução TJ/OE nº 01/17 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ordem de Serviço DGLOG nº 23/17 - Atribui ao diretor do DELFA competência para conduzir e decidir em primeira instância os procedimentos apuratórios, bem como relatar e encaminhar à DGLOG os recursos interpostos;

Ato Normativo TJ nº 03/19 - Disciplina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-023 – Ciclo Licitatório

Com vigência a partir de 27/11/2020

Lei Federal nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça - Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 – Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Decreto Federal nº 7.892/13 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Deliberação Nº 312/20 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

Deliberação Nº 313/20 Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;

Ato Normativo TJ nº 10/2018 - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 28/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.

Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Ato Normativo TJ nº 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGLOG-024 – Abertura e Fechamento de Malotes

Vigência a partir de 04/02/2022

Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça;

Lei 6.538, de 22/06/1978 – Dispõe sobre os Serviços Postais;

Ato Executivo TJ 4191, de 08/09/2009 - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

RAD-SGLOG-026 – Apoiar a Execução Administrativa dos Contratos de Prestação de Serviços

Com vigência a partir de 01/02/2021

Lei nº 287/79 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio De Janeiro e dá Outras Providências;

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Lei Federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, i inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Consolidação das Leis do Trabalho;

Lei nº 13.467/17 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho;

Convenções coletivas, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto;

Instrução Normativa MPOG nº 02/08 - Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa MPOG nº 05/17 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ato Normativo TJ nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Resolução CNJ 169 de 31/01/2013 - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ato Normativo TJ nº 19/20 de 27/07/2020 – Institui e implanta o Sistema Eletrônico de Informação – SEI como meio oficial e obrigatório de informações, documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Instrução Normativa nº 73/20 de 05/08/2020 do Ministério da Economia – Dispõe sobre procedimentos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

RAD-SGLOG-027 – Revisar Documentos de Referência para Licitação Relativos à Contratação de Serviços

Com vigência a partir de 25/11/2019

Lei Federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Consolidação de Leis do Trabalho

Convenção coletiva, normas técnicas e legislações, de acordo com a natureza do objeto.

Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Decreto 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Resolução do CNJ nº. 169/2013 - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI MPOG 01 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa nº 04/2014 da SLTI MPOG – Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa nº 05/2014 da SLTI MPOG – Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão/Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SG/MPDG - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa nº 10/2012 da SLTI MPOG – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;

Ato Normativo PJERJ nº 10/2018 do TJRJ - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo PJERJ nº 03/2019 do TJRJ - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-028 – Gerir o Departamento de Contratos e Atos Negociais

Com vigência a partir de 19/11/2020

Ato Normativo Conjunto TJ nº 1/2003 - Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ nº 1/2004;

Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014 - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

Ato Normativo TJ nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica e dá outras providências;

Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.

Resolução TJ/OE nº 16/2015 - Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-SGLOG-029 – Controlar Saídas e Produtos Não Conformes na Divisão de Movimentação de Expedientes

Com vigência a partir de 05/04/2023

RAD sem referências

RAD-SGLOG-030 – Analisar e Instruir a Contratação Direta

Com vigência a partir de 12/02/2020

Lei Federal 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei n.º 8.245/1991 - Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, datado de 25.04.2012.

Ato Executivo TJ nº 104/2017 – Delega as competências que menciona;

Resolução nº 1/2017 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo PJERJ nº 03/2019 do TJRJ - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-031 – Controlar Imóveis Ocupados Pelo PJERJ

Vigência a partir de 22/11/2019

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

RAD-SGLOG-032 – Controlar Transferência de Bens Móveis

Vigência a partir de 25/11/2019

Lei Federal no 8.666/93 – Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ.

Lei 10.406/2002 Código Civil.

RAD-SGLOG-033 – Controlar Recebimento de Bens Móveis

Vigência a partir de 09/10/2019

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do PJERJ;

Código Civil.

RAD-SGLOG-034 – Controlar Processamento de Notas de Débito e Comprovantes de Encargos

Vigência a partir de 21/11/2019

Lei Federal no 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Lei Federal nº 13.019/2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;

Ato Normativo TJ nº 06/2018 - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil - OSC.

RAD-SGLOG-035 – Atender a Solicitações de Transportes

Vigência a partir de 26/11/2019

Ato Normativo nº 11/2018 - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-036 – Manutenção Corretiva de Veículos Oficiais

Com vigência a partir de 30/11/2018

RAD sem referências

RAD-SGLOG-037 – Processar Infrações de Trânsito

Vigência a partir de 06/08/2018

Lei Federal nº 9.503/1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Lei Estadual 5427/2009 – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos.

Ato Normativo TJ nº 03/2006 - Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ nº 07/2013 – Regulamenta a utilização de etiqueta eletrônica TAG, bem como o pagamento de multas de trânsito e danos causados às viaturas oficiais.

RAD-SGLOG-038 – Apurar e Adotar Providências em Casos de Sinistros em Veículos Oficiais do PJERJ

Vigência a partir de 05/12/2018

Ato Normativo TJ 03/2006 - Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e veículos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Lei Estadual 5465/2009 – Dispõe sobre o uso de veículos oficiais pelo PJERJ.

Lei Estadual nº 5.427/2009 – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 07/2013 – Regulamenta a utilização de etiqueta eletrônica – TAG, bem como o pagamento de multas de trânsito e danos causados às viaturas oficiais;

Lei Federal nº 9.503/1997 – Institui Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

RAD-SGLOG-039 – Remanejamento de Carros Oficiais

Com vigência a partir de 01/04/2019

Ato Normativo 03/06 - Estabelece normas de gestão da frota de veículos de representação e viaturas do PJERJ.

RAD-SGLOG-040 – Legalizar Veículos da Frota do Poder Judiciário do Estado do Rio De Janeiro

Com vigência a partir de 07/11/2017

Lei Federal n.º 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

RAD-SGLOG-041 – Fornecimento, Fiscalização e Controle de Combustível

Com vigência a partir de 31/01/2022

Ato Normativo nº 04/1983 - Fixa as cotas mensais dos veículos e viaturas que compõem a frota do Tribunal de Justiça.

Lei Estadual nº 5465, de 09/06/2009 – Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Resolução CNJ nº 83, de 10/06/2009 - Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, e dá outras providências.

Ato Normativo nº 11, de 16 de novembro de 2018 – Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-043 – Receber e Conferir Materiais

Com vigência a partir de 28/10/2021

Lei Federal nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Lei Federal nº 8666/93 - Regulamenta o art.37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei Federal nº 4320/64 - Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-044 – Retirada e Redistribuição de Bens Permanentes

Com vigência a partir de 20/04/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

RAD-SGLOG-045 – Realizar Remanejamentos e Mudanças

Com vigência a partir de 30/03/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

RAD-SGLOG-046 – Desincorporação de Bens Permanentes

Com vigência a partir de 05/05/2022

Decreto Estadual nº 46.223/2018 – Regulamenta a gestão dos bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Ato Normativo TJ nº. 13/2018 – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

Ato Executivo TJ nº 1.819/2000 – Disciplina a implantação do programa de reciclagem de lixo e sucata no PJERJ;

RAD-SGLOG-047 – Incorporação de Veículos

Com vigência a partir de 30/03/2023

Lei Estadual nº 287/1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 46.223/2018 – Regulamenta a gestão dos bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ.

RAD-SGLOG-048 – Elaborar Minuta de Ato Convocatório e Divulgar Certame Licitatório

Com vigência a partir de 05/08/2020

Lei federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.520/02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Resolução nº 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III – A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário;

Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça - Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 – Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Deliberação nº 312/20 - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

Deliberação nº 313/20 - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID19;

Lei Complementar nº 123/06 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

Lei Estadual nº 5.690/10 - Institui a política estadual sobre mudança global do clima e desenvolvimento sustentável e dá outras providências;

Decreto Federal nº 7.746/12 - Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP);

Decreto Federal 8.538/15 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Decreto Federal nº 7.892/13 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Ato Normativo TJ nº 06/2014 – Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93;

Ato Normativo TJ nº 10/2018 - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

Resolução CNJ nº 169/13 - dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Lei Federal nº 11.488/2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI;

Lei Estadual nº 287/1979 - Estabelece normas e princípios para ordenar, disciplinar e fiscalizar a Administração Financeira e a Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

Lei Estadual nº 5.427/2009 - Estabelece normas sobre Atos e Processos Administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Decreto Estadual nº 3.149/80 – Disciplina o regime jurídico das obras, serviços, compras e alienações, bem como os contratos, da Administração direta e autárquica do Estado;

Instrução Normativa nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa nº 05/2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa 3/2018 – Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ.

Lei Federal nº 12.187/2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.078/1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 10.406/2002 – Institui o Código Civil.

Instrução Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Elaboração Independente de Proposta, em procedimentos licitatórios, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Decreto Federal nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

RAD-SGLOG-050 – Formalizar Termo de Ajuste

Com vigência a partir de 30/09/2019

Lei Federal nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Ato Executivo TJ nº 32/2019 – Disciplina a delegação de competência no âmbito do PJERJ ao Diretor-Geral de Planejamento;

Ato Executivo TJ nº 116/2019 – Disciplina a delegação de competência no âmbito do PJERJ ao Diretor-Geral de Logística;

Ato Normativo TJ nº 06/2014 – Aprova a estrutura básica padronizada de atos convocatórios e de termos de contrato, constantes dos Anexos a este Ato, que, deverá ser observada nas licitações e contratações do Tribunal de Justiça, sem embargo das adaptações que se mostrarem necessárias em cada caso e do atendimento ao disposto no art. 113, § 2º, da Lei federal nº 8.666/93.

Ato Normativo TJ nº 06/2018 - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro-TJERJ e as Organizações da Sociedade Civil – OSC;

Ato Normativo TJ nº 10/2018 - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 08/2018 – Estabelece normas para gestão de segurança da informação;

Ato Normativo TJ nº 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGLOG-051 – Controlar Responsabilidade Patrimonial

Com vigência a partir de 10/05/2022

Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Ato Normativo TJ nº 13/2018 – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

Decreto Estadual nº 46.223/2018 – Regulamenta a gestão dos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação TCE nº 278/2017 – Dispõe sobre a apresentação da prestação de contas anual de gestão, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências;

RAD-SGLOG-052 – Realizar Manutenção e Manufaturas de Materiais

Com vigência a partir de 15/06/2022

Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ;

Ato Normativo nº.: 08/2022 – Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e a confecção de mobiliário sob medida.

RAD-SGLOG-053 – Convocar para Assinar Termo de Ajuste

Com vigência a partir de 13/11/2019

Lei Federal nº 8.666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.520/02 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

Ato Executivo nº 116/2019 – Delega competências ao Diretor Geral de Logística, para autorizar a substituição de garantia exigida em procedimentos licitatórios e contratos, bem como a respectiva liberação ou restituição, quando comprovado o cumprimento das correspondentes obrigações;

Deliberação 280/2017 – do TCE/RJ – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica.

RAD-SGLOG-054 – Gerir o Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes

Com vigência a partir de 17/12/2020

Resolução TJ/OE RJ nº 01/2017 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 16/2015 - Aprova o Plano Diretor de Gestão (PDG) e atualiza o Plano Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) para o período de 2015/2020;

Ato Normativo Conjunto TJ nº 01/2003 – Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ nº 01/2004;

Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014 – Resolve que Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

Resolução TJ OE nº 28, de 17/08/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJRJ;

Ato Normativo TJ nº 26/2009 – Disciplina o exercício do direito as férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2005 – Dispõe sobre a frequência mensal e a inclusão de valores em folha.

Ato Normativo TJ nº 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

Deliberação nº 312/20 – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

Deliberação nº 313/20 – Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais sob a jurisdição do TCE-RJ, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.

RAD-SGLOG-055 – Administrar o Cadastro de Fornecedores

Vigência a partir de 17/12/2020

Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993 – Lei Geral de Licitações e Contratações da Administração Pública.

Ato Executivo TJ nº 2.770 de, 13/11/2000, publicado no DORJ-III, S-I 216(2) em 14/11/2000 – Disciplina a implantação do sistema de cadastro único de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Editais de credenciamento para interpretação da linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS nº 01/2014 (Processo nº 84.541/2013);

Edital de credenciamento de tradutores e intérpretes nº 01/2016 - Processo Administrativo nº 155.221/2008;

Lei federal nº 12.846/2013 – Lei da Empresa Limpa. Instrução Normativa CGU Nº 2 de 07/04/2015 e Despacho CNJ-DES-2015/06046.

Deliberações TCE nº 281/2017 e 312/2020 - Estabelecem normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica.

Ato Executivo TJ nº 141/2018- Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação do TCE/RJ, nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Deliberação TCE nº 306 - Dispõe sobre o Sistema de Comunicação Digital – SICODI e dá outras providências;

Ato Normativo nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Ato Normativo 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGLOG-056 - Gerir o Departamento de Patrimônio e Material

Com vigência a partir de 28/10/2021

Lei nº 10.520/02 – Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Lei nº 8.666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e dá outras providências;

Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/13 – Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento apuratório).

Decreto Federal 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Deliberação TCE nº 244, de 18/12/07 - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica.

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Resolução TJ/OE nº 03/2021 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo nº 19/2020 - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

Ato Normativo nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-057 – Realizar Controle de Claviculário

Com vigência a partir de 10/04/2023

RAD sem referências

RAD-SGLOG-058 – Coordenar e Fiscalizar Permissão/Concessão de Uso das Áreas do Foro Central, Regionais e do Interior

Com vigência a partir de 25/05/2016

Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004 - Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo nº 04, de 18/07/2007 - Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de imóvel na forma de cessão de uso, concessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo nº 03, de 05/05/2015 – Alterou o § 3º, do artigo 3º do Ato Normativo TJRJ 04/2007, revogando a alínea “d” e modificando a redação da alínea “c”.

RAD-SGLOG-059 – Gerir o Departamento de Infraestrutura Operacional - DEIOP

Com vigência a partir de 10/04/2023

Resolução TJ/OE nº 04/2023 - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ/CGJ nº. 26/2009 – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado o Rio de Janeiro;

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2005 – Dispõe sobre a frequência mensal.

Ato Normativo TJ nº 05/2014 – Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Secretaria-Geral de Administração - SGADM/DEGEA somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça.

Lei Geral Proteção de Dados nº 13.709/2018 – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);

Ato Normativo TJ nº 19/2020 – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

RAD-SGLOG-061 – Procedimentos de Controle de Cadastro e Documentos Relativos a Condução de Veículos Oficiais

Com vigência a partir de 31/01/2022

Lei Estadual nº 5465/2009 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Resolução CNJ nº 83/2009 – Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências;

Ato Normativo nº 11, de 16 de novembro de 2018 – Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-062 – Instruir Processo de Pagamento de faturas de Consumo

Com vigência a partir de 18/02/2022

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004 – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

RAD-SGLOG-065 – Realizar Especificação de Material

Com vigência a partir de 20/04/2023

Lei Federal nº 8.666 / 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.520 / 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.133 / 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ato Normativo PJERJ 19 / 2014 – Dispõe sobre a uniformização das regras sobre a gestão do sistema patrimonial, que envolve bens permanentes e materiais de consumo.

Ato Normativo PJERJ 03 / 2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

Ato Executivo PJERJ 5.298 / 2013 – Resolve instituir e divulgar o guia de material para compras com especificações que evidenciem requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos reguladores competentes e de acordo com a legislação respectivamente aplicável.

Resolução CNJ 400 / 2021 – Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

RAD-SGLOG-066 – Cotação de Preços de Materiais e Instrução de Processo de Compras

Com vigência a partir de 05/11/2018

Lei Federal nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei n.º 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Decreto nº 7892/13 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Lei complementar 147/2014 - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Instrução Normativa 03/2017 – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

RAD-SGLOG-067 – Vistoriar a Infraestrutura Predial e a Comunicação Visual dos Prédios do Complexo do Foro Central

Com vigência a partir de 14/10/2022

Constituição Federal de 1988

Resolução TJ/OE nº 01/2017 - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-SGLOG-068 – Incorporação Patrimonial

Com vigência a partir de 30/03/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Ato Normativo TJ nº 13/2018 – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

Deliberação TCE nº 278/17 – Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências.

RAD-SGLOG-069 – Realizar Inventário Físico de Bens em Almoxarifado

Com vigência a partir de 01/02/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação TCE/RJ nº 278/17 - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.

RAD-SGLOG-070 – Estocar e Distribuir Materiais

Com vigência a partir de 10/04/2023

Lei Federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Lei Federal nº 4.320/64 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Resolução TJ/OE/RJ 01/2017 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-SGLOG-071 – Distribuir e Retirar Materiais de Consumo

Vigência a partir de 27/09/2022

Aviso TJ nº 45/2011- Avisa aos responsáveis pelas UO que deverão realizar periódica avaliação dos materiais em estoque, mantendo na unidade apenas aqueles necessários às atividades do Órgão pelo período de 30 (trinta) dias, e dá outras providências;

Ato Normativo nº 3/2009 – Art. 24, I - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os direitos e deveres e dá outras providências.

Resolução TJ/OE/RJ nº10/2021 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial no âmbito dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

RAD-SGLOG-072 – Manutenção Corretiva

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 - regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014 – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

Ato Normativo 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-074 – Manutenção Preventiva Eletromecânica

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993 – Lei Geral de Licitações;

Lei Federal Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Ato Normativo TJRJ nº 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Resolução TJ/OE nº 31/2014 – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;

RAD-SGLOG-075 – Manutenção Preventiva de Unidades Certificadas e Predial

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal nº 8666/93 – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Ato Normativo 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

Resolução TJ/OE nº 31/2014 – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;

ABNT NBR 5462 – Confiabilidade e Manutenibilidade;

ABNT NBR 5674 – Manutenção de edificações e procedimentos;

ABNT NBR 14037 – Manual de operação, uso e manutenção das edificações

Especificações de fabricantes.

RAD-SGLOG-077 – Atender às Solicitações de Alterações de Layout e Readequação Predial

Com vigência a partir de 20/03/2023

Resolução TJ/OE nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

Ato Executivo Conjunto nº 129/07 - Resolve vedar alterações contratuais que impliquem em aumento de despesas, suprimem os postos de serviço vagos e dá outras providências;

Ato Normativo da Presidência nº 04/2019 – Regulamenta a confecção de layout;

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

RAD-SGLOG-078 - Monitorar e Avaliar a Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia

Com vigência a partir de 20/03/2023

Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014 - Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014- Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria-Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

Resolução TJ/OE nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Lei Federal nº 8.666/93 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Ato Normativo 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 23/2021 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

RAD-SGLOG-079 - Gerir o Departamento de Transportes

Com vigência a partir de 09/09/2022

Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Resolução TJ/OE nº 16/2015 - Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Resolução TJ/OE nº 03/2021 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014 - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

RAD-SGLOG-080 - Fiscalizar a Qualidade dos Materiais de Expediente e do Mobiliário do PJERJ

Com vigência a partir de 01/12/2020

Lei Federal nº 8.666/93 - Institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.520/02 – Institui no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da CF, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Federal nº 6938/81 – Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

RAD-SGLOG-081 - Gerir o Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços

Com vigência a partir de 11/03/2020

Ato Normativo Conjunto TJ nº 1/2003 - Aprova o Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – Atualizado pelo Ato Normativo TJ/CGJ nº 1/2004;

Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014 - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

Resolução TJ OE Nº 28, de 17/08/2015 – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Resolução TJ/OE nº 16/2015 – Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

Resolução TJ/OE RJ nº 11/2018 – Altera a Resolução nº 01/2017 e aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-082 - Orçar Preços de Obras e Serviços de Engenharia

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei nº 14.133 de 01/04/2021 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018 – Altera a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017, deste Órgão Especial;

Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017 – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 – Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ;

Resolução CNJ nº 114/2010 - Dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, parâmetros e orientações, critérios mínimos para execução das obras no âmbito do Poder Judiciário;

Instrução Normativa nº 40, de 22 de Maio de 2020 – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

RAD-SGLOG-083 - Acompanhar Garantia de Obras de Prédios do PJERJ

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal no 8.666/1993 - (Lei Geral de Licitações);

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade;

Lei nº 10.406/2002 - Código Civil (CC);

Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC);

ABNT NBR 14037 – Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção de Edificações;

ABNT NBR 5679 – Requisitos de Gestão de Manutenção;

ABNT NBR 16636 - Elaboração de Projetos de Edificações;

OT-IBR 003/2011- Instituto Brasileiro de obras Públicas (IBRAOP).

Lei Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial

RAD-SGLOG-084 - Medir Serviços Executados na Fiscalização dos Contratos de Obras de Prédios do PJERJ

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações);

Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 (Lei do Pregão);

Lei complementar nº 116 de 31/07/2003 - Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Lei 287/1979 - aprova o código de administração financeira e contabilidade pública do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Ato Executivo TJ nº 116/2019 - Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG;

Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

Resolução TJ/OE/RJ Nº 31/2014 – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

RAD-SGLOG-085 - Fiscalizar A Execução Dos Contratos De Obras De Prédios Do PJERJ

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações);

Lei Federal Nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014 – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

RAD-SGLOG-086 - Controlar a Concessão de Dispositivo Eletrônico – TAG para Frota de Veículos

Com vigência a partir de 01/02/2022

Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969 - Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências.

Lei nº 7.172, de 28 de dezembro de 2015 – Disciplina o funcionamento do sistema de identificação eletrônica para o pagamento de pedágios no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Resolução AGETRANSP nº 23 de 24 de setembro de 2014 – Dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa de pedágio para veículos oficiais próprios e locados da Administração Pública estadual no âmbito de rodovias estaduais concedidas.

Ato Normativo nº 11 de 16 de novembro de 2018 - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-088 - Controlar e Atualizar as Minutas-Padrão de Editais e Termos Contratuais

Com vigência a partir de 15/07/2020

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei Federal nº 10.520/02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Ato Normativo TJ nº 10/2018 - Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo nº03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

Lei Federal nº 9.784/99 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei Estadual nº 5.427/09 - Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-SGLOG-089 - Cotar Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Decreto nº 7.983/2013 – Art.6 (Obra e Serviços de Engenharia);

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021 – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018 – Altera a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017, deste Órgão Especial;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ;

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 – Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade;

Resolução CNJ nº 114/2010 - Dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, parâmetros e orientações, critérios mínimos para execução das obras no âmbito do Poder Judiciário;

Instrução Normativa nº 05/2014 – SLTI/MPOG;

Súmula nº 02 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE;

Voto Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE, VOTO GA-3 referente a concorrência pública nº 093/19 – Processo TCE Nº.108.004-6/2019.

RAD-SGLOG-090 - Elaborar Solicitação de Alteração Contratual para Contrato de Obra do PJERJ

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

RAD-SGLOG-091 - Ciclo da Contratação de Aquisição de Material

Com vigência a partir de 30/03/2023

Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 10.520/2002 – Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993;

Decreto Federal 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

Resolução OE nº 04/2023 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Ato Normativo nº 03/2019 – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

RAD-SGLOG-092 - Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos de Obras do PJERJ

Com vigência a partir de 20/03/2023

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Federal nº 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 287/1979 - aprova o código de administração financeira e contabilidade pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014 - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014 – Resolve que cabe aos Diretores das Divisões de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014 - Dispõe sobre o Plano, elaborado conforme Indicadores e Grupos de Prioridade;

Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023 – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

Ordem de Serviço nº 02/2017 – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

13/04/2023